

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL

Anne Karynne da Silva Barbosa
(Organizadora)



ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL

Anne Karynne da Silva Barbosa
(Organizadora)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Biológicas e da Saúde**

Profª Drª Aline Silva da Fonte Santa Rosa de Oliveira – Hospital Federal de Bonsucesso

Profª Drª Ana Beatriz Duarte Vieira – Universidade de Brasília

Profª Drª Ana Paula Peron – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás



Prof. Dr. Cirênio de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto
Prof^o Dr^a Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Prof^o Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^o Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Prof^o Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^o Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^o Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^o Dr^a Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Prof^o Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Aderval Aragão – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Prof^o Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^o Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^o Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Maurilio Antonio Varavallo – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^o Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^o Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^o Dr^a Sheyla Mara Silva de Oliveira – Universidade do Estado do Pará
Prof^o Dr^a Suely Lopes de Azevedo – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Prof^o Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Welma Emídio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco



Alimentação saudável e sustentável

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Anne Karynne da Silva Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A411 Alimentação saudável e sustentável / Organizadora Anne Karynne da Silva Barbosa. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0162-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.629221304>

1. Alimentação. 2. Nutrição. I. Barbosa, Anne Karynne da Silva (Organizadora). II. Título.

CDD 613.2

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coleção “Alimentação saudável e sustentável” é um conjunto que possui principal objetivo de incorporar pesquisas resultantes de artigos em diversos campos que fazem parte da Nutrição. Esse volume aborda de forma interdisciplinar com trabalhos, artigos, relatos de experiência e/ou revisões.

A principal característica desse volume, foi partilhar de forma clara os trabalhos que foram desenvolvidos em diversas instituições e núcleos de ensino e pesquisa de graduação e pós-graduação do país. Nestes trabalhos selecionados a partir de revisão criteriosa, a principal característica foi o aspecto relacionado com as áreas que compõem a nutrição e a saúde em geral.

Foram escolhidos os temas considerados relevantes sobre a área de nutrição e da saúde são partilhados aqui com o intuito de contribuir com o conhecimento de discentes e para a promoção e a troca de experiências de docentes entre as diversas instituições e aumentar o aprendizado de todos aqueles que se interessam pela saúde e pela pesquisa na área de nutrição. Posto que, esse volume traz pesquisas atuais, com muitas temáticas que irão dar suporte para a prática de profissionais da área da saúde em geral.

Portanto, aqui se traz o resultado de inúmeros artigos que são fundamentados em teoria e prática, que foram produzidos e compartilhados por docentes e discentes. Sabe-se a importância de uma divulgação adequada da literatura científica, por isso a melhor escolha foi a Atena Editora, visto que possui uma plataforma didática e relevante para todos os pesquisadores que queiram compartilhar os resultados de seus estudos.

Boa leitura!

Anne Karynne da Silva Barbosa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AVALIAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DE COOKIE DIETÉTICOS

Nathália Letícia Hernandez Brito

Fernanda Vitória Leimann

Flávia Aparecida Reitz Cardoso

Adriana Aparecida Droval

Leila Larisa Medeiros Marques

Renata Hernandez Barros Fuchs

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6292213041>

CAPÍTULO 2..... 8

BROWNIE DE FEIJÃO ENRIQUECIDO COM ORA-PRO-NOBIS: UMA ALTERNATIVA PARA CELÍACOS

Lauanda Dal Molin de Almeida Lara

Kelly Viviane de Vasconcelos Vieira

Josiane Martins Hanke

Michelle Silveira dos Santos Schuster

Thainara Batista Reis Vieira

Cássia Regina Bruno Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6292213042>

CAPÍTULO 3..... 18

A IMPORTÂNCIA DA CAÇA COMO CULTURA E SUA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – UM ESTUDO SOBRE A ALIMENTAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA POTIGUARA “MENDONÇA” DO AMARELÃO (JOÃO CÂMARA, RIO GRANDE DO NORTE)

Leandro Flávio Restrepo Frota

Eveline de Alencar Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6292213043>

CAPÍTULO 4..... 31

ANSIEDADE E COMPORTAMENTO ALIMENTAR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Gabrielly Maria de Lima Almeida Rocha

Cléres Lino da Silva Cleios

Fabiana Palmeira Melo Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6292213044>

CAPÍTULO 5..... 44

CONSUMO ALIMENTAR E ESTADO NUTRICIONAL DE CRIANÇAS MENORES DE 36 MESES DE VIDA DA CIDADE DE CAMPINAS-SP

Sandy Chagas Galvani Lima

Adriana Pavesi Arisseto Bragotto

Renata Elisa Faustino de Almeida Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6292213045>

CAPÍTULO 6..... 58

APROVEITAMENTO DA CASCA DE INGÁ: FONTE DE PROTEÍNA E FIBRA ALIMENTAR

Déborah Cristina Barcelos Flores

Caroline Pagnossim Boeira

Daniela Rigo Guerra

Tatiana Emanuelli

Claudia Severo da Rosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6292213046>

CAPÍTULO 7..... 68

DESENVOLVIMENTO DE UMA CERVEJA ARTESANAL NO ESTILO *FRUIT BEER* COM DIFERENTES PARTES DO FRUTO DE FEIJOA

Jociel da Rosa Surdi

Giliani Veloso Sartori

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6292213047>

CAPÍTULO 8..... 81

DESENVOLVIMENTO DE UMA BEBIDA A BASE DA LEGUMINOSA FAVA (*Vicia faba L.*): ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICA E SENSORIAL

Janaina de Fatima Feil de Oliveira

Valmor Ziegler

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6292213048>

CAPÍTULO 9..... 95

ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE SORVETE A BASE DE GELEIA DE BUTIÁ

Thais Alexandra Rodrigues

Silvia Benedetti

Ana Elisa da Costa Ruiz

Elisângela Serenato Madalozzo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6292213049>

CAPÍTULO 10..... 106

SISTEMA PARA LA IDENTIFICACIÓN DE GLÚCOSIDOS DE ESTEVIOL EN UN CULTIVO DE RAÍCES DE *Stevia rebaudiana*

David Paniagua Vega

Ariana Arleney Huerta-Heredia

Itzel Vianney Alvarado-Orea

Norma Cecilia Cavazos-Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62922130410>

CAPÍTULO 11 113

ELABORAÇÃO DE PAÇOCA DIET COM ADIÇÃO DE FARINHA DE CASCA DE JABUTICABA (*Myrciaria cauliflora*)

Jheisi Tainá Martins

Silvia Benedetti

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62922130411>

CAPÍTULO 12.....	125
O DIREITO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO INFANTIL: ESTUDO REALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA	
Lidianne Kelly Nascimento Rodrigues de Aguiar Lopes Lo-Ruama Barros Curado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62922130412	
CAPÍTULO 13.....	137
IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA 5 S NO AGRONEGOCIO: ESTUDO DE CASO EM CULTIVO DE TOMATE	
Flaviane Aparecida da Cruz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62922130413	
CAPÍTULO 14.....	151
SEGURANÇA ALIMENTAR: SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO NO BAIRRO VILA ESPERANÇA, SÃO LUÍS (MA), BRASIL	
Adenilde Nascimento Mouchrek Eulália Cristina Costa de Carvalho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62922130414	
CAPÍTULO 15.....	170
FORMAS DE MACERAÇÃO E MÉTODOS DE REMONTAGEM	
Carlos Alberto Araripe Josane Cavalheiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62922130415	
CAPÍTULO 16.....	183
GOMA DE CAJUEIRO: APROVEITAMENTO SUSTENTÁVEL E APLICAÇÕES NA ÁREA DE ALIMENTOS	
Jaqueline Souza de Freitas Cheila Gonçalves Mothé (<i>in memoriam</i>) Michelle Gonçalves Mothé	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62922130416	
CAPÍTULO 17.....	198
HÁBITOS DE CONSUMO DE PRODUTOS ALIMENTARES CONTENDO CAFEÍNA NUMA POPULAÇÃO DE JOVENS ESTUDANTES ATIVOS	
Filomena Sousa Calixto Diana Eustáquio Maura Alves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.62922130417	
CAPÍTULO 18.....	212
SÍNDROME METABÓLICA IDENTIFICANDO FATORES DE RISCO EM ADULTOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
Nayara Lúcia Guimarães Costa	

Naylana Thais Ferreira de Morais
Isabela Letícia Rosa dos Santos
Elizandra Soraia da Costa Cardoso
Thalita Mendes de Oliveira
Ana Eliza Sá de Souza
Yasmin Silva Lemos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62922130418>

CAPÍTULO 19..... 218

TRAJETÓRIA POLÍTICA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

Joice de Paula Del Esposte
Esley Lopes Faria

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62922130419>

CAPÍTULO 20..... 230

**UM ESTUDO SOBRE OS ALIMENTOS E A INTERAÇÃO COM A VARFARINA EM
PACIENTE ANTICOAGULADOS**

Amanda Miranda de Lima
Ana Cristina Viana
José Carlos de Sales Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.62922130420>

SOBRE A ORGANIZADORA..... 243

ÍNDICE REMISSIVO..... 244

TRAJETÓRIA POLÍTICA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL

Data de aceite: 01/02/2022

Data da Submissão: 03/03/2022

Joice de Paula Del Esposte

Mimoso do Sul – ES

<http://lattes.cnpq.br/2023074241555495>

Esley Lopes Faria

Mimoso do Sul – ES

<http://lattes.cnpq.br/7303210103481429>

RESUMO: O presente artigo faz referência aos marcos históricos que influenciaram a trajetória da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, que começaram a surgir a partir da década de 30 com o inquérito promovido por Josué de Castro. Daí por diante, foram instaladas várias iniciativas governamentais de combate a fome, mas todas sem continuidade. Em 1985 surgiram as primeiras referências ao conceito de Segurança Alimentar, e em 1986 após a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, a construção dessa política ganhou mais força, com a criação da Ação pela Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela vida e do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) em 1993. Mas foi a partir do ano 2000 que foram surgindo políticas, leis e ações que destacaram a temática, levando a uma consolidação das políticas públicas nessa área e a redução dos graus de insegurança alimentar e nutricional no país. Porém após a posse do Presidente Jair Messias Bolsonaro em 2019, o CONSEA foi extinto comprometendo a garantia do DHAA

(Direito Humano à Alimentação Adequada) em todas as esferas do governo.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Alimentar e Nutricional, Políticas Públicas, Brasil.

POLICY TRAJECTORY OF FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY IN BRAZIL

ABSTRACT: This text refers to the historical landmarks that influenced the trajectory of the Food and Nutrition Security Policy in Brazil, which began to emerge from the 1930s onwards with the survey promoted by Josué de Castro. From then on, several government initiatives to fight hunger were installed, but all without continuity. In 1985, the first references to the concept of Food Security appeared, and in 1986, after the First National Conference on Food and Nutrition, the construction of this policy gained more strength, with the creation of the Action for Citizenship against Hunger, Misery and for life and CONSEA (National Food Security Council) in 1993. But it was from the year 2000 that policies, laws and actions emerged that highlighted the theme, leading to a consolidation of public policies in this area and a reduction in the levels of food insecurity and nutrition in the country. However, after the inauguration of President Jair Messias Bolsonaro in 2019, CONSEA was extinguished, compromising the guarantee of the DHAA (Human Right to Adequate Food) in all spheres of government.

KEYWORDS: Food and Nutrition Security, Public Policies, Brazil.

Este artigo visa descrever o marco teórico

e a trajetória da construção e aprovação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Essas políticas resultaram em conquistas focadas na redução da insegurança alimentar e nutricional especialmente nas últimas décadas, mas ainda em processo de evolução do fortalecimento da participação social que possibilita ampliar o atendimento das demandas sociais na agenda política governamental, em especial, durante pandemias como da COVID-19. Todo o aparato legal teve grande contribuição das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional que definiram as diretrizes e as prioridades das políticas.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, a preocupação com a alimentação e a fome, vem desde os tempos coloniais, o que provocou preocupação por parte dos governantes, e a partir do século XX, essa preocupação avança quando se inicia os movimentos sociais, fazendo com que o tema alimentação comece a ser pensado em termos de políticas públicas (BELIK, 2003).

Frente a isso, a questão da fome e a Segurança Alimentar, tiveram maior atenção a partir de 1930, quando se iniciou alguns estudos sobre a fome, e a criação de cursos de nutrição, fazendo a junção das vertentes biológicas e sociais (KAC,2011; VASCONCELOS e BATISTA FILHO, 2011).

Em 1932, o médico, geógrafo, sociólogo e político Pernambucano Josué de Castro, um dos primeiros brasileiros a abordar o tema da fome iniciou uma pesquisa com a classe operaria de Recife, fazendo uma comparação do consumo alimentar e calórico deles visando assim, conhecer melhor as condições alimentares e de vida dos trabalhadores. Seu trabalho teve uma grande repercussão no Brasil e ao redor do mundo, pois caracterizou a fome como um problema social e político, que resultava da pobreza, e não da insuficiência de alimentos ou de efeitos naturais. Seu livro *Geografia da Fome*, publicado em 1946, foi um marco histórico sobre a fome e a Segurança Alimentar brasileira. Neste mesmo ano, ele elaborou o 1º Mapa da Fome no Brasil, dividindo o País em cinco regiões, considerando o Norte e Nordeste “famintos” e as demais regiões marcadas pela subnutrição. Seus inquéritos e estudos impulsionaram a criação do salário-mínimo, sendo este criado na década de 1940 (MIELITZ,2014).

A Segurança Alimentar, apesar de ter sido objeto de lutas anteriores, só entrou para a Agenda Nacional através de um movimento de solidariedade e indignação contra a fome e a miséria, que foram geradas pelas concentrações de terra e renda no País, bem como pelas Políticas excludentes, geradoras do desemprego, recessão e arrocho salarial, sendo este cenário, gerador de ameaças e oportunidades (CONSEA, 1995, p. 136).

Em 1973 o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) ligado ao Ministério da Saúde (MS), instituiu o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN), que tinha como objetivo realizar a suplementação alimentar em populações que eram consideradas vulneráveis, dar o apoio aos pequenos produtores de baixa renda, e

promoção de fortificação e incentivo a alimentação dos trabalhadores. Esse programa teve vigência até 1974, pois teve sua execução prejudicada por dificuldades administrativas e irregularidades constatadas em auditorias realizadas pelo Inan. Em 1976, foi criado o II PRONAN, vigente até 1979, que ofereceu o primeiro modelo de uma política nacional incluindo suplementação alimentar, amparo ao pequeno produtor rural, combate às carências específicas, alimentação do trabalhador e apoio à realização de pesquisas e capacitação de recursos humanos, tendo como principal conquista o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), e o Programa de Combate às Carências Nutricionais Específicas (PCCNE). O PAT fornecia refeições nas empresas e vales para a aquisição de alimentos no comércio e distribuía cestas básicas aos trabalhadores de baixa renda, já o PCCNE promovia atividades de enriquecimento de alimentos e distribuição de medicamentos. O PRONAN I e II foram os primeiros desenhos de políticas públicas mais abrangentes quando se tentava unir o social e a política agrícola e abastecimento (VASCONCELOS, 2005 *apud* ANDRADE, 2014; SILVA, 1995; IPEA, 2014).

Em meados da década de 1980, ocorreram várias mobilizações sociais no País, e dentro deste contexto, a luta por políticas de combate à fome e a pobreza foram ganhando destaque no cenário brasileiro. Em 1985 surgiram as primeiras referências ao conceito de Segurança Alimentar, feita por técnicos e pesquisadores que eram ligados ao Ministério da Agricultura, sendo elaborada a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar que se baseava em dois objetivos: atender as necessidades alimentares da população e atingir a autossuficiência nacional na produção de alimentos. A proposta contemplava a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, a ser presidido pelo Presidente da República (COSTA, 2006; PASQUAL, 2006).

Em 1986 foi realizada a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (I CNAN), criada pelo INAN, sendo uma conquista histórica, pois a alimentação passou a ser assumida como um direito humano, e não mais como um benefício apenas. Nesta mesma Conferência foi proposta a criação de um Sistema Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA, 1995).

No início da década de 90, no Governo Collor, o Brasil foi marcado pelo retrocesso das políticas sociais, e alguns programas ligados a alimentação foram desestruturados, extintos ou tiveram seus orçamentos cortados, tais como: programas de suplementação alimentar para crianças menores de sete anos, aleitamento materno e combate a carências específicas, mantendo-se somente três na agenda política: O Programa de Combate ao Bócio Endêmico e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), criado em 1977, ligados ao setor saúde, e o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), sob gestão do Ministério do Trabalho, tais medidas foram tomadas com intuito de enxugar a máquina pública (MACEDO *et al.*, 2009, p.37).

O Movimento pela Ética na Política, criado na época do *Impeachment* do Presidente Collor, vitorioso na luta contra a impunidade e a corrupção, inspirou uma outra cruzada ética com o objetivo de erradicar a fome e a miséria, e uns dos desdobramentos desse

movimento foi a criação da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, criado no ano de 1993, que tinha o intuito de mobilizar e sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de mudanças em relação a realidade política, social e econômica em que o País vivia, realidade esta que levava a exclusão, a fome e a miséria (CONSEA, 1995).

Dessa forma vários seguimentos da sociedade, preocupados com a fome, a miséria e a exclusão de milhares de brasileiros, dentre eles o Sociólogo e ativista Hebert de Souza, o Betinho, que usou a expressão “Quem tem fome, tem pressa”, fez crescer a esperança na vida dos brasileiros com sua campanha contra a fome (IPEA, 2014).

A Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida iniciou o processo de formação dos chamados Comitês de Combate à Fome. De abrangência local, municipal e/ou estadual, os comitês eram formados por diversos setores da sociedade (sindicatos, universidades, igrejas, organizações não-governamentais, intelectuais, estudantes, empresários, funcionários públicos, políticos etc.). No corrente ano, constatou-se que havia sido inegável o impacto da sensibilização que o apelo à solidariedade no combate à fome conseguira concretizar no interior da sociedade brasileira, tanto por meio das ações emergenciais, como por aquelas de pressão sobre a opinião pública, sendo constituídos mais de cinco mil comitês em todo o Brasil, de acordo com dados oficiais. A Ação conseguiu sensibilizar o então presidente da República Itamar Franco, que em 18 de março de 1993 assumiu o compromisso de implantação da proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, apresentada pelo então presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) Luiz Inácio Lula da Silva. (CONSEA,1995; VALENTE *et al*, 1993 *apud* VASCONCELOS,2004).

O Brasil vivia um quadro caótico, havia 32 milhões de pessoas vivendo de forma miserável nos campos e nas cidades, de acordo com os dados do Mapa da Fome criado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea) no ano de 1993, e um dos méritos do Movimento pela Ética na Política foi dar notoriedade a esse quadro bem como colaborar com a implantação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA).

O CONSEA foi criado em 24 de abril de 1993, como órgão de aconselhamento e de assessoramento do Presidente Itamar Franco, sendo composto por Ministros e representantes da sociedade civil, objetivando tornar a segurança alimentar uma prioridade, visto que a fome e a miséria só poderiam ter uma solução por meio de ação conjunta dos diversos setores da sociedade e do Governo, ou seja, funcionava como mediador da política, fazendo a ponte entre sociedade civil e governo. Apesar de sua curta duração (1993-1995), sendo este extinto com o advento do então Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), o primeiro CONSEA contribuiu significativamente na construção de uma Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional (COSTA, 2006; PASQUAL,2006).

Após o movimento criado pela Ação da Cidadania com apoio do CONSEA, foi criada a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), que aconteceu entre os dias 27 e 30 de julho de 1994, em Brasília, e contou a participação de 1,8 mil pessoas. O tema central foi “Fome: uma questão nacional”. Segundo o relatório criado em 1994 pelo

Projeto Criança Contra a Fome e Pela Vida, as condições de vida de parte da população infantil brasileira continuavam dramáticas. Na região Nordeste e na área rural havia a maior concentração de crianças desnutridas, e o Comitê da Ação da Cidadania apontou que as principais causas da desnutrição eram a concentração de renda, o desemprego, baixo poder aquisitivo, a falta de produção no campo, a seca, o descaso dos serviços básicos por parte dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, a falta de saneamento básico e o desmame precoce das crianças (CONSEA, 1995).

A I CNSA resultou de um processo de mobilização social nacional em torno da questão alimentar e da conscientização do agravamento da fome no país, e foi lançada a proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, na qual o conceito de Segurança Alimentar encontra-se estreitamente vinculado aos direitos sociais e à consolidação da cidadania, como descrito abaixo. (MALUF, 1996).

[...] um conjunto de princípios, políticas, medidas e instrumentos que assegure permanentemente o acesso de todos os habitantes em território brasileiro aos alimentos, a preços adequados, em quantidade e qualidade necessárias para satisfazer as exigências nutricionais para uma vida digna e saudável bem como os demais direitos da cidadania (CONSEA, 1995, p. 134).

Para o Presidente do CONSEA Dom Mauro Morelli, a I CNSA foi um marco e uma grande expressão de um estágio novo e democrático. Mostrou que a campanha contra a fome e a miséria é muito mais do que uma simples campanha, é uma ação de cidadania.

A parceria entre Governo e sociedade civil transformou a fome e a miséria em questão política prioritária, e frente a isso, algumas propostas foram elaboradas em documentos, contendo as diretrizes para a construção de uma política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:

- Ampliar as condições de acesso à alimentação e reduzir seu peso no orçamento familiar;
- Assegurar saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais determinados;
- Assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilo de vidas saudáveis.

A I CNSA foi bastante significativa, e culminou na ampliação do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional. Houve um histórico de cinco CNSA no decorrer dos anos, como destacados a seguir no quadro 1.

	1994 1ª CNASAN	2004 2ª CNASAN	2007 3ª CNSAN	2011 4ª CNSAN	2015 5ª CNSAN
Temas	Fome: uma questão nacional	Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutrici	Por um desenvolvimento sustentável, com soberania e segurança alimentar	Alimentação adequada e saudável: direito de todos	Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar
Propostas	Política Nacional de Segurança Alimentar, na qual o conceito de Segurança Alimentar encontra-se estreitamente vinculado aos direitos sociais e à consolidação da cidadania.	Direito humano à alimentação, aos canais institucionalidade; participação social; monitoramento, avaliação e indicadores; soberania alimentar e relações internacionais; reforma agrária, agricultura familiar, agricultura urbana e agro extrativismo; recursos genéticos, transgênicos, semente e o uso de recursos naturais e da água; rede de abastecimento; geração de emprego e renda e economia solidária; programas de transferência de renda; mutirão, doação de alimentos e ações em situações emergenciais; alimentação e educação nas escolas e creches e cultura alimentar.	As discussões abordadas visaram a consolidação da política de nacional de SAN e a construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). O relatório final faz menção aos avanços da incorporação da política de SAN na agenda pública do país e sua contribuição para integração de ações na direção da intersectorialidade.	Construir compromissos para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável, previsto constitucionalmente, e promover a soberania alimentar, por meio da implementação da Política e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) nas esferas de governo e com a participação da sociedade.	Ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, garantindo a todas e todos o Direito Humano à Alimentação Adequada, assegurando a participação social e a gestão intersetorial no Sistema, na Política e no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Quadro 1 – Evolução temática e propostas das Conferências Nacionais de SAN – 1994-2015.

Fonte: Joice de Paula Del Esposte e Esley Lopes Faria.

Essas conferências, assim como os movimentos, os comitês e as campanhas, configuram um espaço ímpar de participação direta da população, e colaboraram para o alinhamento de decisões e potencialização de ações voltadas a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tornando sua trajetória inteiramente ligada ao trabalho dos mais variados órgãos civis e governamentais (AMARAL, 2006; BASSO, 2006).

No início do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1995, foi lançado o Programa Comunidade Solidária (PCS), que tinha como objetivo promover a integração de ações entre os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e a sociedade, no combate à fome e a pobreza. Porém em seu primeiro mandato, houve uma desestruturação dos programas ligados a Segurança Alimentar. O PCS não conseguiu apresentar uma ação essencialmente estruturante no combate à pobreza e seus flagelos sociais, como a fome e a desnutrição (IPEA, 2014, P.27).

Para superação dessas situações, alguns avanços foram dados, destacando-se o grupo de trabalho misto, com especialistas do governo e da sociedade, que elaboraram um documento brasileiro levado a Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996, em Roma, e o Brasil acompanhado de dirigentes de outros Países, firmaram um compromisso de reduzir

pela metade o quantitativo de pessoas em situação de fome até 2015.

Em 1998, foi criado o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), que incentivou a criação dos conselhos estaduais. Já em 1999 foi aprovada a formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) pelo Conselho Nacional de Saúde, sendo os eixos de ação definidos na I CNSA, estratégicos para sua construção (VALENTE, 1996).

O PNAN inova ao firmar a promoção do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) como fundamento de suas ações fazendo um apontamento para a necessidade de criação de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional (VASCONCELOS, 2005).

Diversas ações e eventos sucederam-se até 2003, quando o então candidato à Presidência Luís Inácio Lula da Silva, foi eleito, dando prioridade ao combate à fome e retomando o tema da segurança alimentar e nutricional (CONSEA, 2004).

Nesse aspecto, convém trazer ao comento as principais leis e decretos relacionadas a Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. O quadro demonstra a importância das políticas instituídas e as ações desenvolvidas a partir de 2003, que levaram a execução de intervenções públicas objetivando a promoção de segurança alimentar.

Evento ou Programa	Legislação e/ou Ano	Característica principal
Fome Zero	2003	O objetivo principal do Fome Zero é o combate a fome, à miséria e a exclusão social, oferecendo a população acesso a alimentação adequada, garantindo a Segurança Alimentar e Nutricional, uma renda mínima de cidadania e assistência integral as famílias
PAA (Programa Aquisição de Alimentos)	Lei 10.696/03	O objetivo principal é integrar as demandas de acesso aos alimentos pela população em vulnerabilidade social às necessidades de mercado da agricultura familiar.
Programa Bolsa Família	Lei nº 10.836/04	Programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, buscando garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde.
LOSAN (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional)	Lei nº 11346/06	Estabelece a criação do SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que tem por objetivos formular e implementar Políticas e Planos de Segurança Alimentar e Nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional do País
Agricultura Familiar	Lei nº 11.326/06	Estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos familiares Rurais.
PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)	Lei nº 11.947/09	Amplia o PNAE a toda rede pública de educação básica.

PNSAN (Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional)	Decreto nº 7.272/10 que regulamenta a lei nº 11346/06	O objetivo principal é a promoção da segurança alimentar e nutricional e a garantia dos direitos humanos a alimentação adequada para toda a população nacional.
--	---	---

Quadro 2 – Leis e decretos relacionadas a Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Fonte: Joice de Paula Del Esposte e Esley Lopes Faria.

Em 2003 o CONSEA foi reativado, e houve a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (Mesa), que foi responsável por fazer o gerenciamento do Programa Fome Zero, criado no mesmo ano, que tinha como estratégia a inserção da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. Em 2004 houve a extinção do Mesa, e as ações do Fome Zero foram incorporadas ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que tinha como objetivo promover o desenvolvimento social e combater a fome visando à inclusão e a promoção da cidadania, garantindo a Segurança Alimentar e Nutricional, uma renda mínima de cidadania e assistência integral às famílias. (SANTOS et. al., 2011; SIMAO et. al., 2014; MACEDO *et al.*2009).

O segundo CONSEA adquiriu legitimidade política tanto pela prioridade dada pelo governo a SAN, quanto pelo fato da presidência da república efetivar as proposições do conselho, evidenciado na promulgação da Lei 11.346/06, criando a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que também institucionaliza legalmente o CONSEA, tornando-o permanente, o que significa um avanço institucional e organizacional importante para o setor (AMARAL, 2016 e BASSO, 2016).

Importa mencionar, que o CONSEA é essencial para as políticas e programas de alimentação e nutrição do País, e atuou em agendas estratégicas como: inclusão do direito à alimentação na *Constituição Federal*; defesa dos direitos constitucionais dos povos indígenas e comunidades quilombolas; fortalecimento das culturas alimentares em consonância com os biomas e ecossistemas brasileiros; fortalecimento da agricultura familiar e agroecológica; redução do uso de agro-tóxicos, entre tantas outras, porém no ano de 2019, através da Medida Provisória nº 870 (MP 870) editada pelo presidente Jair Bolsonaro, o CONSEA foi extinto, comprometendo a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em todas as esferas de governo (CASTRO,2019).

Nas últimas décadas a população brasileira, passou por grandes transformações sociais que resultaram em mudanças no seu padrão de saúde e consumo alimentar, acarretando um impacto na diminuição da pobreza, da exclusão social, da fome e escassez de alimentos (BRASIL, 2012).

Porém dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004 através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) afirmam que as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, ou seja, com renda familiar baixa, e a

indisponibilidade adequada de água tem maior chance de apresentar insegurança alimentar (IA), dentre outros fatores regionais e domiciliares, tais como: estabilidade política, emprego, cultura alimentar, rede socioassistencial, saneamento básico, perfil demográfico dos moradores, renda, participação em programas sociais dentre outros. Destarte através da EBIA é possível identificar diferentes graus de acesso aos alimentos caracterizando os indivíduos em quatro categorias: em segurança alimentar ou em diferentes graus de inseguranças alimentar (leve, moderada ou grave) conforme descrito no quadro 3 (FAO,2014); (IBGE,2010); (SEGALL-CORRÊA et al., 2004).

Situação de segurança alimentar	Descrição
Segurança Alimentar	Os moradores dos domicílios têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
Insegurança Alimentar Leve	Preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.
Insegurança Alimentar Moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
Insegurança Alimentar Grave	Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para compra de alimentos).

Quadro 3: Descrição dos graus de segurança alimentar segundo classificação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

Fonte: IBGE, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações supracitadas, é possível perceber que o Brasil sempre manteve iniciativas voltadas para a SAN, com a formulação e a implementação de políticas públicas e uma forte participação de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil. Isso é demonstrado através das campanhas, comitês, movimentos e conferências, que foram uma iniciativa da participação da população, tornando a trajetória da SAN totalmente ligada ao trabalho de vários órgãos governamentais e civis.

Frente a isso, a Política de Segurança Alimentar e Nutricional é de suma importância para a sociedade, uma vez que ela busca o desenvolvimento de medidas que conduzam a melhoria da alimentação de todos os cidadãos que vivem em situação de fome e miséria, visando assegurar seu acesso a uma alimentação adequada.

REFERÊNCIAS

AMARAL V. R, BASSO D. Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 1, p. 181-200, 2016.

ANDRADE, L.C. A resposta brasileira aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: o papel do governo nacional e o envolvimento de governos subnacionais. **Rev. Estud Intern.** vol. 2 n. 2. p. 291-320. 2014.

BRASIL. **Alimentação Adequada e Saudável: Direito de todos.** 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Documento de Referência. 2011.

BRASIL. **Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar.** 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Documento de Referência. 2018.

BRASIL. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2006; 18 set.

BRASIL. Decreto Nº 7.272 de 25 de Agosto de 2010. **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN.** Presidência da República, Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2010

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual de Orientações sobre o Bolsa Família na Saúde.** 3ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BELIK, W. Perspectivas para Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v.12, n.1, p.12-20. 2003.

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2019, v. 35, n. 2 [Acessado 2 Setembro 2021] , e00009919. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00009919>>.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Brasília, 1995.

CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). **Relatório Final II Conferência Nacional de Segurança Alimentar.** Brasília, 2004.

CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). III Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Brasília, 2007.

COSTA, C.; PASQUAL, M. Participação e Políticas Públicas na Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. In: GARCÉS, M.; GIRALDEZ, S.; GOLDAR, M. R.; ALBUQUERQUE, M. do C.; QUINTÍN, R.; BUROTNI, T. (Org.). **Democracia y ciudadanía en el Mercosur.** Santiago: LOM, 2006. p 96-100.

FAO. O Estado Da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional - Relatório 2014. Brasília; 2014.

HOFFMANN, R. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil em 2004 e 2009. **Seg. Alim. Nutr.**, v. 20, n. 2, p. 219-235, 2013.

KAC, G.; PROENÇA, R.P.C.; PRADO, S.D. A criação da área “nutrição” na Capes. **Rev. Nutr.** vol.24, n.6, pp. 905-916. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: segurança alimentar 2004/2009. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional**: projetos, descontinuidades e consolidação (Texto para Discussão no 1953). Brasília, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3019/1/TD_1953.pdf> Acesso em: 30 ago. 2021.

MACEDO, D. C. et al. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Rev. Simbio-Logias**, v. 2, n. 1, p. 31-46, 2009.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco e VALENTE, Flávio L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**. v. IV, p 66-88, 1996.

MENDES KDS, SILVEIRA RCCP, GALVÃO CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.** 2008; v.17, n.4, pp. 758-764. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>> Acesso em 31 Jul 2021.

MIELITZ, C. Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia nacional de Segurança Alimentar. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos** --Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, p. 58-73, 2014.

SANTOS, L.M.P et. al. Programas de transferência de renda no Brasil: um estudo multidimensional da implementação do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação. **Ciênc. saúde coletiva**. vol.16, n.3, pp. 1821-1834. 2011.

SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. **Acompanhamento e avaliação da Segurança Alimentar de famílias brasileiras**: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação: Urbano/Rural, 2004. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004.

SILVA, Alberto Carvalho da. **De Vargas a Itamar**: políticas e programas de alimentação e nutrição. Estudos Avançados [online]. 1995, v. 9, n. 23 [Acessado 2 Setembro 2021], pp. 87-107. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000100007>> .

SIMAO, G.L. et. al. Grau de cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) junto aos agricultores familiares do estado de Minas Gerais. **Rev. Econ. Sociol. Rural**. vol. 52, n.3, pp. 533-548. 2014.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** *einstein (São Paulo)*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>

VALENTE, Flávio L. S. *et alii* 1993 'Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida: a luta e suas perspectivas'. **Revista Município & Saúde**, 2, pp. 15-25.

VALENTE, F.L.S. Inserção de componentes de alimentação e nutrição nas políticas governamentais e na estratégia nacional de desenvolvimento. Brasília: FAO. 1996 [Relatório Final].

VASCONCELOS FAG. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da ação da cidadania contra fome, a miséria e pela vida. **Hist Cienc Saúde- -Manguinhos**. 2004; v.11, n.2, pp: 259-77. [Acessado 29 agosto 2021], Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000200003>>.

VASCONCELOS, FAG; BATISTA, Filho M. História do campo da alimentação e nutrição em saúde coletiva no Brasil. **Ciênc Saúde Coletiva** 2011; v. 16, n. 1, pp:81-90. [Acessado 27 julho 2021], Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100012>>.

VASCONCELOS, Francisco de Assis. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, v. 18, n.4, p. 439-457, 2005.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Advertencias in vitro en suspensión 106, 107, 108, 109, 110
Alimentação infantil 44
Alimento funcional 183, 194
Alimento saudável 58
Análise sensorial 6, 7, 12, 13, 78, 81, 87, 89, 91, 99, 100, 105, 191, 192
Análise térmica 183, 191, 196
Anemia ferropriva 8
Ansiedade 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43
Anticoagulante varfarina 230, 232, 233, 235, 241
Antitumor 183, 197
Antropometria 44

B

Bebidas 46, 47, 68, 70, 75, 78, 79, 81, 83, 86, 88, 89, 90, 91, 153, 164, 171, 192, 196, 198, 199, 201, 202, 203, 204
Butiá 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105

C

Caça 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30
Características físicas 1, 6
Cerveja artesanal 68, 70, 72, 73, 75, 77, 79, 80
Comportamento alimentar 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 204
Cultivo de raízes 106, 107, 108, 109, 110, 111
Cultura 18, 19, 20, 22, 24, 26, 28, 30, 39, 79, 81, 130, 131, 137, 139, 142, 214, 223, 226

D

Delestage 170, 177, 178, 179, 180, 181
Desenvolvimento de produto 16, 95
Diet 2, 57, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 122, 231
Doença celíaca 8, 9, 10, 12, 15, 17

E

Edulcorantes 1, 2, 3, 6, 7, 106, 107
Estado nutricional 44, 45, 46, 47, 53, 55, 56, 239

F

Fibra dietética 58, 63

Fruta 7, 10, 48, 64, 69, 70, 71, 74, 75, 95, 97, 115, 238

Frutas nativas 68, 79

G

Gastronomia 18, 21, 28

Geleia 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 123, 236

Glucósidos de esteviol 106, 107, 108, 109

Glúten 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16

Goma do cajueiro 183

Grão fava 81, 84, 86, 88

I

Índios 18, 19, 20, 21, 30

Interação 39, 45, 93, 230, 231, 232, 238, 239, 241

J

Jabuticaba 75, 79, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

M

Maceração 170, 171, 172, 173, 174, 175, 179, 181, 182

N

Nutrição 8, 15, 16, 44, 51, 55, 57, 58, 65, 66, 81, 82, 122, 123, 130, 131, 152, 164, 165, 166, 198, 216, 218, 219, 220, 222, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 239, 240, 241, 243

P

Paçoca 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 123, 124

Panificação 1, 16

Patologias 40, 119, 213

Pigeage 170, 179, 180, 181

Políticas públicas 54, 218, 219, 220, 224, 226, 227

R

Reaproveitamento 113

Remontagem 170, 171, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181

S

Saúde ambiental 151, 157

Sorvete 7, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105

Spe 106, 107, 110

Sub-produto 58

Suplementos 198, 201, 202

Sustentabilidade 18, 28, 68, 82, 131, 132, 138

T

Transtorno da alimentação 31

V

Vicia faba I 81, 82, 90

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL

-  www.arenaeditora.com.br
-  contato@arenaeditora.com.br
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  www.facebook.com/arenaeditora.com.br



ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL



- 🌐 www.arenaeditora.com.br
- ✉ contato@arenaeditora.com.br
- 📷 [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br